

ALEXANDRE MAZZA

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Direito Tributário da Rede LFG.

Autor das obras *Manual de Direito Administrativo*, *Administrativo #naprática*, *Tributário #naprática* e *Relação Jurídica de Administração Pública*, todas pela Editora Saraiva. Advogado.

Manual de DIREITO TRIBUTÁRIO

5ª edição

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53602-96-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Mazza, Alexandre

Manual de direito tributário / Alexandre Mazza. – 5. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito
tributário - Legislação - Brasil 4. Tributos - Brasil I. Título.

18-1096

CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos
Edição Liana Ganiko Brito Catenacci
Mayara Ramos Turra Sobrane

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos Fernando Alves**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial**Revisão** Lígia Alves**Capa** Bruno Ortega
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola**Data de fechamento da edição: 26-10-2018**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605175 CAE 630647

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota do autor à 5ª edição</i>	31
<i>Nota do autor à 1ª edição</i>	33
1 NOÇÕES GERAIS	37
1.1 Conceito de Direito Tributário.....	37
1.1.1 Considerações sobre os núcleos conceituais	38
1.1.2 Nosso conceito	39
1.2 Taxonomia ou natureza jurídica	40
1.3 Denominação do ramo	41
1.4 Finalidades do Direito Tributário	42
1.4.1 Características do sistema tributário e “tributação ótima”	43
1.5 Conceito de “Estado Fiscal”	43
1.6 Atividade financeira do Estado	44
1.7 Direito Tributário, Direito Financeiro e conceitos afins.....	45
1.8 Autonomia do Direito Tributário	47
1.9 Relação com outros ramos do direito	48
1.10 Objeto do Direito Tributário	52
1.10.1 Parafiscalidade.....	54
1.10.1.1 Conceito e fundamento legal	54
1.10.1.2 Objeto e alcance	55
1.10.1.3 Veículo normativo	55
1.10.1.3.1 Parafiscalidade por medida provisória? ...	56
1.10.1.4 Sujeito ativo da parafiscalidade.....	56
1.10.1.5 Sujeito passivo (entidades parafiscais). Cobrança de seus créditos	56
1.10.1.6 Natureza precária da parafiscalidade.....	57
1.10.1.7 Tributos parafiscais.....	58
1.10.1.8 Antigas contribuições “parafiscais”	58

1.10.2	Fiscalidade e extrafiscalidade (tributação indutiva).....	58
1.11	Competência para legislar sobre Direito Tributário.....	60
1.11.1	Iniciativa de projetos de lei em matéria tributária.....	61
1.12	Natureza jurídica do Código Tributário Nacional.....	62
1.12.1	Taxonomia do CTN: norma federal ou norma nacional?.....	62
1.13	Direito Tributário como “ramo de sobreposição”.....	63
1.14	Direito Tributário como um ramo recente.....	64
1.15	Fontes do Direito Tributário.....	64
1.15.1	Fontes materiais, fontes reais e fontes formais (primárias e secundárias).....	65
1.15.2	Fontes dogmáticas.....	65
1.15.3	Fontes formais em espécie.....	66
1.15.3.1	Constituição Federal.....	66
1.15.3.1.1	Constitucionalização e petrificação do Direito Tributário.....	67
1.15.3.2	Emendas à Constituição Federal.....	67
1.15.3.3	Leis complementares federais.....	68
1.15.3.4	Leis complementares estaduais, distritais e municipais.....	70
1.15.3.5	Leis ordinárias federais.....	70
1.15.3.6	Leis ordinárias estaduais, distritais e municipais.....	71
1.15.3.7	Medidas provisórias federais.....	71
1.15.3.8	Medidas provisórias estaduais, distritais e municipais.....	72
1.15.3.9	Constituições Estaduais.....	72
1.15.3.10	Emendas às Constituições Estaduais.....	72
1.15.3.11	Leis orgânicas dos municípios e do Distrital Federal.....	73
1.15.3.12	Emendas às leis orgânicas dos municípios e do Distrito Federal.....	73
1.15.3.13	Resolução.....	73
1.15.3.14	Decreto legislativo.....	74
1.15.3.15	Leis delegadas.....	75
1.15.3.16	Convênios interestaduais.....	75
1.15.3.17	Decretos e regulamentos.....	76
1.15.3.18	Instruções.....	78
1.15.3.19	Portarias ministeriais.....	78
1.15.3.20	Outras normas complementares.....	78
1.15.3.21	Tratados e convenções internacionais.....	79
1.15.3.22	Conceito de “legislação tributária” no CTN.....	80
1.16	Conceito de Sistema Tributário Nacional.....	80
1.17	Quadro sinótico.....	82
1.18	Questões.....	86
	Gabarito.....	88
2	TRIBUTO.....	89
2.1	A importância do conceito de tributo.....	89
2.2	Aceções do vocábulo “tributo”.....	89
2.3	Conceito legislativo (art. 3ª do CTN).....	90

SUMÁRIO

2.3.1	Tributo é uma obrigação instituída em lei	90
2.3.2	Tributo é toda prestação pecuniária (em moeda)	92
2.3.2.1	Dação em pagamento	93
2.3.2.2	Novos requisitos para a dação em pagamento no âmbito federal.....	94
2.3.3	Tributo é prestação compulsória	95
2.3.4	Tributo não constitui sanção por ato ilícito	96
2.3.4.1	Atividades ilícitas e princípio do <i>non olet</i>	97
2.3.4.2	Progressividade sancionatória	98
2.3.5	Tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada	98
2.3.6	Princípios constitucionais inerentes ao conceito de tributo	99
2.3.7	Outros elementos conceituais (art. 9º da Lei n. 4.320/64)	99
2.3.7.1	Tributo é receita derivada.....	100
2.3.7.2	Tributo é instituído pelas entidades de direito público	100
2.3.7.3	Compreendendo os impostos, as taxas e as contribuições	100
2.3.7.4	Nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira	101
2.3.7.5	Destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades..	101
2.4	Tributo como conceito pressuposto no texto constitucional	101
2.5	Institutos afins	101
2.5.1	Tarifa. Visão jurisprudencial.....	102
2.5.2	Preço	105
2.5.3	Pedágio.....	106
2.5.4	Foro e laudêmio	107
2.5.5	Taxa de ocupação de terrenos da União	109
2.5.6	Emolumentos notariais	109
2.5.6.1	Percentual repassado pelas serventias extrajudiciais aos Tribunais de Justiça	111
2.5.7	Custas, emolumentos e taxas judiciárias.....	111
2.5.8	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (tributo mineral).....	112
2.5.9	Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos.	113
2.5.10	<i>Royalties</i> do petróleo.....	113
2.5.11	Contrapartidas ambientais. Falsos tributos.....	113
2.5.12	Outras formas de invasão patrimonial	114
2.6	Tributo oculto ou disfarçado.....	114
2.7	Quadro sinótico	115
2.8	Questões.....	117
	Gabarito.....	120
3	ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	121
3.1	Classificações dos tributos.....	121
3.1.1	Quanto à função	121

3.1.2	Quanto à competência	121
3.1.3	Quanto à vinculação	123
3.1.4	Quanto ao impacto financeiro.....	123
3.1.5	Quanto ao objeto.....	124
3.1.6	Quanto ao tipo de incidência.....	125
3.1.7	Quanto à cumulatividade.....	125
3.1.8	Quanto à natureza econômica.....	125
3.1.9	Quanto à seletividade.....	125
3.1.10	Quanto à progressividade.....	126
3.1.11	Quanto à natureza jurídica (espécies tributárias).....	126
3.1.11.1	Teoria bipartite.....	126
3.1.11.2	Teoria tripartite.....	127
3.1.11.3	Teoria quadripartite.....	128
3.1.11.4	Teoria quinquipartite	128
3.1.11.4.1	Crítica	129
3.2	Impostos	129
3.2.1	Competência para criar impostos.....	130
3.2.2	Veículo normativo para criação de impostos.....	130
3.2.3	Princípio da capacidade contributiva.....	131
3.2.4	Princípio da não afetação e “dupla desvinculação” dos impostos	131
3.2.4.1	Desvinculação de receitas da União (DRU), dos Estados (DRE) e dos Municípios (DREM).....	133
3.2.5	Impostos residuais.....	134
3.2.5.1	Impostos residuais <i>vs.</i> taxas residuais	135
3.2.6	Impostos extraordinários de guerra.....	135
3.2.6.1	Simultaneidade entre IEG e empréstimo compulsório	136
3.2.6.2	Impostos residuais <i>vs.</i> IEGs.....	136
3.2.7	Base de cálculo dos impostos	137
3.2.8	Alíquota dos impostos	137
3.2.9	Quadro competencial dos impostos brasileiros	137
3.3	Taxas.....	138
3.3.1	Competência para instituir taxas.....	139
3.3.2	Veículo normativo para criação de taxas.....	140
3.3.3	Base de cálculo das taxas	140
3.3.3.1	Súmula Vinculante n. 29.....	141
3.3.4	Espécies de taxas.....	142
3.3.4.1	Taxas de serviço	142
3.3.4.1.1	Taxa ou tarifa?.....	143
3.3.4.1.2	Exemplos de taxas de serviço	145
3.3.4.1.2.1	Taxa do lixo e Súmula Vinculante n. 19	145
3.3.4.1.3	Serviços públicos <i>uti universi</i>	146
3.3.4.1.4	Fruição efetiva ou potencial	147
3.3.4.2	Taxas de polícia.....	148
3.3.4.2.1	Necessidade de fiscalização efetiva.....	150
3.3.5	Ordem de imputação ao pagamento	150

SUMÁRIO

3.3.6	Lançamento das taxas	151
3.3.7	Afetação da receita das taxas.....	151
3.4	Contribuições de melhoria.....	151
3.4.1	Obras públicas autorizadoras da cobrança	152
3.4.2	Veículo normativo instituidor da contribuição de melhoria....	153
3.4.3	Obra pública <i>vs.</i> serviço público	153
3.4.4	Contribuição de custeio <i>vs.</i> contribuição decorrente de obra ...	154
3.4.5	Conceito de obra “pública”	154
3.4.6	E se a obra desvalorizar o imóvel?	155
3.4.7	Obras realizadas em consórcio	155
3.4.8	Devido processo legal para a cobrança.....	155
3.4.9	Parafiscalidade nas contribuições de melhoria	157
3.4.10	Ônus de conservação das obras públicas.....	157
3.4.11	Abatimento no Imposto de Renda.....	158
3.4.12	Preferência da dívida fiscal	158
3.4.13	Ordem de imputação ao pagamento	158
3.4.14	Modalidade de lançamento	158
3.4.15	Limite total	158
3.4.16	Limite individual.....	159
3.4.17	Cálculo do valor final.....	159
3.4.18	Contribuição de melhoria e desapropriação por zona.....	159
3.5	Empréstimos compulsórios.....	160
3.5.1	Fundamentos normativos.....	160
3.5.2	Competência	161
3.5.3	Inaplicabilidade do art. 4º do CTN.....	161
3.5.4	Veículo normativo	162
3.5.5	Hipóteses constitucionais de instituição	162
3.5.5.1	Calamidade pública	163
3.5.5.1.1	Regime de anterioridade.....	163
3.5.5.2	Guerra externa ou sua iminência	163
3.5.5.2.1	Regime de anterioridade.....	164
3.5.5.2.2	Comparação entre os tributos de guerra... ..	164
3.5.5.3	Investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional	165
3.5.5.3.1	Regime de anterioridade.....	165
3.5.5.4	A regra do art. 34, § 12, do ADCT.....	166
3.5.5.5	Cobrança para enxugamento da moeda: uma quarta hipótese de empréstimo compulsório?	166
3.5.5.5.1	O Plano Collor 1	167
3.5.6	Fato gerador.....	167
3.5.7	Base de cálculo.....	167
3.5.8	Natureza vinculada ou desvinculada.....	168
3.5.9	Bitributação e <i>bis in idem</i>	168
3.5.10	Cobrança simultânea com o Imposto Extraordinário de Guerra	168
3.5.11	Proibição de desvio de finalidade.....	168

3.5.12	Entrada provisória de receita	169
3.5.13	Empréstimos compulsórios disfarçados.....	169
3.5.14	Devolução do montante arrecadado	170
3.5.15	Súmula n. 418 do STF.....	170
3.6	Contribuições especiais.....	170
3.6.1	Conceito.....	170
3.6.2	A questão terminológica	172
3.6.3	Fundamento normativo	173
3.6.4	Competência	174
3.6.4.1	Contribuição para custeio de regime previdenciário próprio	174
3.6.4.2	Contribuição para iluminação pública.....	175
3.6.5	Veículo normativo introdutor.....	176
3.6.6	Tipos de contribuições especiais segundo a Constituição	177
3.6.6.1	Contribuições sociais	177
3.6.6.1.1	Contribuições sociais <i>vs.</i> contribuições previdenciárias.....	178
3.6.6.1.2	Veículo normativo instituidor	179
3.6.6.1.3	Regime de anterioridade.....	180
3.6.6.1.4	Normas constitucionais específicas.....	180
3.6.6.1.5	Fontes de custeio.....	181
3.6.6.2	Cides.....	182
3.6.6.2.1	Veículo normativo instituidor	182
3.6.6.2.2	Regime de anterioridade.....	183
3.6.6.2.3	Normas constitucionais específicas.....	183
3.6.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	183
3.6.6.3.1	Veículo normativo instituidor	184
3.6.6.3.2	Regime de anterioridade.....	184
3.6.6.3.3	Contribuição confederativa (art. 8º, IV, da CF).....	185
3.6.7	Classificação das contribuições segundo o STF	185
3.6.8	Todas as contribuições na Constituição de 1988.....	186
3.6.9	Natureza parafiscal	188
3.6.10	Bitributação e <i>bis in idem</i>	189
3.6.11	Criação de novas fontes de custeio da seguridade.....	189
3.6.12	Tributação sobre importações e nas exportações.....	189
3.7	Quadro sinótico	191
3.8	Questões.....	200
	Gabarito.....	205
4	PRINCÍPIOS	207
4.1	Conceito	207
4.2	Taxonomia. Natureza dúplice dos princípios.....	207
4.3	Consequências da natureza de garantia fundamental e de limitação ao poder de tributar	208

4.4	Rol dos princípios tributários em espécie	208
4.5	Princípio da legalidade (arts. 150, I, da CF e 97 do CTN)	209
4.5.1	Qual é o tipo de lei exigido para tratar de matéria tributária?	210
4.5.2	A regra da lei ordinária tem exceções?	210
4.5.3	Tributos criados por lei ordinária e disciplinados por lei complementar	211
4.5.4	Temas de lei complementar não admitem medida provisória ...	212
4.5.5	Alcance possível das MPs tributárias	213
4.5.5.1	Medidas provisórias que criam ou aumentam impostos	214
4.5.5.2	Medidas provisórias que reduzem ou extinguem impostos	215
4.5.5.3	Medidas provisórias versando sobre tributo diverso de imposto	215
4.5.6	Exceções ao princípio da legalidade	216
4.5.6.1	Quais tributos excepcionam a legalidade?	216
4.5.6.2	Quais os veículos normativos para tal excepcionalização?	217
4.5.6.3	Qual a eficácia da medida provisória usada para excepcionar a legalidade?	218
4.5.6.4	Alterações na base de cálculo por decreto	219
4.5.6.5	Princípio da legalidade no CTN	219
4.5.6.6	Fixação da data para pagamento do tributo	219
4.5.6.7	Atualização monetária da base de cálculo	220
4.6	Princípio da anterioridade (art. 150, III, <i>b</i> e <i>c</i> , da CF)	221
4.6.1	Conceito didático de anterioridade	221
4.6.2	Anterioridade e anualidade	222
4.6.3	Conceito de anterioridade antes e depois da EC 42/2003	223
4.6.4	Regra da anterioridade mais benéfica para o contribuinte	224
4.6.4.1	Como fazer a contagem da anterioridade	224
4.6.5	Anterioridade e entrada em vigor da lei	225
4.6.6	Anterioridade e revogação de isenção	225
4.6.7	As várias anterioridades	227
4.6.8	Exceções à anterioridade	227
4.6.8.1	Redução de desconto ou alteração no prazo legal para recolhimento do tributo	229
4.7	Princípio da isonomia (art. 150, II, da CF)	229
4.7.1	Desdobramentos do princípio da isonomia tributária	231
4.7.1.1	Irrelevância da capacidade civil para fins tributários (art. 126, I, do CTN)	231
4.7.1.2	Princípio do <i>non olet</i> (art. 118, I, do CTN)	232
4.7.1.3	Capacidade contributiva como subprincípio da isonomia	233
4.7.1.3.1	Capacidade contributiva e alíquotas progressivas	234
4.7.1.3.2	Impostos progressivos na CF/88	235
4.7.1.3.2.1	Progressividade do Imposto de Renda	236

	4.7.1.3.2.2	Progressividade do Imposto Territorial Rural.....	236
	4.7.1.3.2.3	Progressividades do IPTU.....	236
	4.7.1.3.3	O caso da progressividade do ITCMD.....	238
	4.7.1.3.4	A situação da progressividade do IPVA....	238
	4.7.1.3.5	Proporcionalidade e progressividade.....	238
	4.7.1.3.6	Progressividade desvinculada da capacidade contributiva.....	239
	4.7.1.3.7	Progressividade simples e graduada.....	239
	4.7.1.3.8	Alíquotas regressivas?.....	240
	4.7.1.3.9	Princípio da progressividade sobre impostos reais	240
4.8		Princípio da irretroatividade (art. 150, III, a, da CF).....	241
	4.8.1	Exceções.....	241
	4.8.1.1	Retroatividade da lei interpretativa.....	242
	4.8.1.2	Retroatividade da lei mais benéfica em matéria de infração	242
	4.8.2	Retroatividade da lei que institui novos critérios de apuração ou amplia poderes do fisco	243
	4.8.3	O caso do Imposto de Renda	244
	4.8.3.1	A polêmica Súmula n. 584 do STF	246
4.9		Princípio da vedação do confisco (art. 150, IV, da CF)	246
4.10		Princípio da uniformidade geográfica (art. 151, I, da CF)	249
	4.10.1	As zonas de incentivo fiscal. A Zona Franca de Manaus.....	250
4.11		Princípio da não limitação (art. 150, V, da CF).....	251
	4.11.1	O pedágio como exceção ao princípio.....	252
4.12		Princípio da não discriminação quanto à procedência (art. 152 da CF)	252
4.13		Princípio da não cumulatividade (arts. 153, § 3º, II, e 155, § 2º, I, da CF)	253
	4.13.1	Tributos sujeitos à não cumulatividade	254
4.14		Princípio da seletividade (arts. 153, § 3º, I, e 155, § 2º, III, da CF)	254
4.15		Princípio da segurança jurídica.....	255
4.16		Quadro sinótico	257
4.17		Questões.....	263
		Gabarito.....	269
		IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	271
5.1		Natureza jurídica	271
5.2		Conceitos doutrinários	273
5.3		Nosso conceito	274
	5.3.1	Imunidades são normas constitucionais.....	274
	5.3.2	Imunidades limitam a competência tributária	275
	5.3.3	Imunidades afastam a incidência de tributos sobre determinados produtos ou pessoas	275
5.4		Imunidade e isenção.....	275
5.5		Outros institutos afins	277
	5.5.1	Diferença entre imunidade e isenção autônoma	277

5.5.2	Diferença entre imunidade e isenção heterônoma	278
5.5.3	Diferença entre imunidade e não incidência	278
5.5.4	Diferença entre imunidade e alíquota zero	279
5.5.5	Diferença entre imunidade e desoneração.....	280
5.5.6	Diferença entre imunidade e crédito presumido	280
5.5.7	Diferença entre imunidade e base reduzida.....	280
5.6	Tipos de imunidades.....	281
5.6.1	Imunidades subjetivas	281
5.6.1.1	Imunidades e impostos indiretos.....	282
5.6.2	Imunidades objetivas	282
5.6.3	Imunidades gerais	282
5.6.4	Imunidades específicas.....	283
5.6.5	Imunidades tributárias	283
5.6.6	Imunidades impositivas.....	283
5.6.7	Imunidades autoaplicáveis ou incondicionadas	283
5.6.8	Imunidades não autoaplicáveis ou condicionadas	283
5.6.9	Imunidades ontológicas ou essenciais.....	284
5.6.10	Imunidades políticas ou incidentais.....	284
5.7	Imunidades e obrigações acessórias	284
5.8	Imunidades em espécie	285
5.8.1	Imunidade recíproca ou intergovernamental (art. 150, VI, <i>a</i> , da CF).....	285
5.8.1.1	Extensão da imunidade às autarquias e fundações públicas.....	287
5.8.1.2	Imunidade de empresas públicas e sociedades de economia mista	289
5.8.1.3	Cartórios e serventias extrajudiciais.....	291
5.8.2	Imunidade religiosa (art. 150, VI, <i>b</i> , da CF).....	291
5.8.2.1	Tributos alcançados pela imunidade religiosa	292
5.8.2.2	Quais religiões são imunes?.....	292
5.8.2.2.1	Maçonaria	292
5.8.2.2.2	Cemitérios	293
5.8.2.2.3	Templos positivistas	294
5.8.2.3	Abrangência objetiva da imunidade religiosa	294
5.8.2.4	Imóveis locados	295
5.8.3	Imunidade dos partidos políticos (art. 150, VI, <i>c</i> , da CF)	296
5.8.3.1	Partidos políticos e suas fundações.....	296
5.8.3.2	Entidades sindicais	297
5.8.3.2.1	Requisitos do art. 14 do CTN	298
5.8.3.3	Instituições educacionais sem fins lucrativos	298
5.8.3.4	Instituições assistenciais sem fins lucrativos	299
5.8.3.5	Requisitos previstos na Lei n. 9.532/97.....	301
5.8.3.6	A questão da remuneração dos dirigentes nas entidades imunes	302
5.8.3.7	Imóveis locados e Súmula Vinculante n. 52	303
5.8.4	Imunidade de imprensa ou cultural (art. 150, VI, <i>d</i> , da CF).....	303

5.8.4.1	Outras matérias-primas imunes (insumos)	304
5.8.4.2	Livros digitais ou <i>e-books</i> são imunes. Virada jurisprudencial no STF (RE 330.817). <i>E-readers</i> têm imunidade, mas <i>smartphones</i> e <i>tablets</i> não.....	305
5.8.4.3	Álbuns de figurinhas, cromos, apostilas, listas telefônicas, revistas técnicas, mapas impressos, atlas geográficos, panfletos publicitários e encartes	306
5.8.4.4	A questão dos materiais eróticos e pornográficos	307
5.8.5	A nova imunidade dos CDs e DVDs musicais	308
5.9	Outras imunidades.....	309
5.9.1	Imunidade do art. 153, § 3º, III, da CF.....	309
5.9.2	Imunidade do art. 153, § 4º, II, da CF	309
5.9.3	Imunidade do art. 155, § 2º, X, <i>a</i> , da CF.....	309
5.9.4	Imunidade do art. 155, § 2º, X, <i>b</i> , da CF	309
5.9.5	Imunidade do art. 155, § 2º, X, <i>c</i> , da CF	309
5.9.6	Imunidade do art. 155, § 2º, X, <i>d</i> , da CF.....	309
5.9.7	Imunidade do art. 155, § 3º, da CF	309
5.9.8	Imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	309
5.9.9	Imunidade do art. 184, § 5º, da CF	310
5.9.10	Imunidade do art. 195, § 7º, da CF	310
5.9.11	Imunidade do art. 5º, XXXIV, da CF.....	310
5.9.12	Hipótese do art. 156, § 3º, II, da CF.....	310
5.9.13	Hipótese do art. 155, § 2º, XII, <i>e</i> , da CF.....	310
5.9.14	Imunidade e gratuidade de ações constitucionais	311
5.10	Quadro sinótico	312
5.11	Questões.....	318
	Gabarito.....	322
6	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	323
6.1	Conceito	323
6.2	Titularidade.....	323
6.3	Competência tributária vs. capacidade tributária ativa	324
6.4	Veículo normativo para o exercício da competência tributária. A Constituição não cria tributo	325
6.5	Como é exercida a competência tributária	325
6.6	Competência legislativa plena.....	326
6.7	Diferentes técnicas de atribuição da competência tributária	327
6.8	Atributos da competência tributária.....	327
6.8.1	Indelegabilidade.....	328
6.8.2	Privatividade	328
6.8.2.1	Desmembramento territorial da entidade tributante	329
6.8.3	Facultatividade.....	329
6.8.3.1	A polêmica sobre o art. 11 da Lei Complementar n. 101/2000.....	329
6.8.4	Irrenunciabilidade	330
6.8.5	Incaducabilidade.....	330

6.8.6	Inampliabilidade	331
6.9	Quadro sinótico	332
6.10	Questões.....	334
	Gabarito.....	337
7	RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR	339
7.1	Diferenças entre lei ordinária e lei complementar	339
7.2	Temas sob reserva de lei complementar	341
7.2.1	Art. 146 da CF.....	341
7.2.1.1	Conflitos de competência em matéria tributária.....	342
7.2.1.2	Limitações constitucionais ao poder de tributar	343
7.2.1.3	Normas gerais em matéria tributária	343
	7.2.1.3.1 CTN e “hipótese máxima de incidência”... ..	346
	7.2.1.3.2 Ausência de normas gerais federais	346
	7.2.1.3.3 Prescrição e decadência.....	347
7.2.1.4	Regime único de arrecadação (Super Simples)	347
	7.2.1.4.1 Simples Federal vs. Simples Nacional.....	348
7.2.1.5	Prevenção de desequilíbrios da competitividade no mercado	349
7.2.1.6	Empréstimos compulsórios.....	349
7.2.1.7	Novas fontes de custeio da Seguridade Social.....	349
7.2.1.8	Competência impositiva residual	349
7.2.1.9	Reserva de lei complementar em matéria de ISS.....	350
7.2.1.10	Reserva de lei complementar no ICMS.....	350
7.2.1.11	Reserva de lei complementar no ITCMD.....	350
7.2.1.12	Reserva de lei complementar na repartição de receitas tributárias	351
7.2.1.13	Reserva de lei complementar nas isenções e anistias de contribuições sociais.....	351
7.3	Quadro sinótico	352
7.4	Questões.....	354
	Gabarito.....	356
8	REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	357
8.1	Conceito	357
8.2	Repartição de receita não altera competência.....	357
8.3	Repartição de receitas não altera o poder de conceder incentivos fiscais	357
8.4	Repartição direta e indireta de receitas	358
8.5	Casos de repartição de receitas.....	358
8.5.1	Art. 157, I, da CF.....	358
8.5.2	Art. 157, II, da CF	358
8.5.3	Art. 158, I, da CF	359
8.5.4	Art. 158, II, da CF.....	359
8.5.5	Art. 158, III, da CF	359
8.5.6	Art. 158, IV, da CF.....	359
8.5.7	Art. 159, I, da CF	360

8.5.8	Art. 159, II, da CF.....	361
8.5.9	Art. 159, III, da CF	361
8.5.10	Art. 153, § 5º, da CF.....	361
8.5.11	Quadro sinótico das regras constitucionais de repartição de receitas tributárias	361
8.6	Quadro sinótico	363
8.7	Questões.....	365
	Gabarito.....	368
9.1	Introdução	369
9.2	Imposto sobre Importação (II).....	369
9.2.1	Regime geral.....	369
9.2.2	Fato gerador.....	370
9.2.3	Isenção por falta de similaridade.....	371
9.2.4	Base de cálculo.....	371
9.2.5	Cálculo do imposto devido.....	371
9.2.6	Contribuintes, responsáveis tributários e responsáveis solidários	371
9.2.7	Não ocorrência do fato gerador.....	372
9.2.8	Despacho aduaneiro	373
9.2.9	Regime de trânsito aduaneiro. Admissão temporária	373
9.2.10	Direito sumular.....	374
9.3	Imposto sobre Exportação (IE).....	374
9.3.1	Regime geral.....	374
9.3.2	Fato gerador.....	374
9.3.3	Base de cálculo.....	375
9.3.4	Alíquotas.....	375
9.3.5	Contribuinte.....	375
9.3.6	Restituição e não ocorrência do fato gerador	375
9.3.7	Direito sumular.....	376
9.4	Imposto sobre a Renda (IR).....	376
9.4.1	Regime geral.....	376
9.4.2	Universalidade, generalidade e progressividade	376
9.4.3	Fato gerador.....	377
9.4.4	Irretroatividade e anterioridade	380
9.4.5	Contribuinte.....	383
9.4.6	Não ocorrência do fato gerador.....	384
9.4.7	Base de cálculo.....	385
9.4.8	Alíquotas.....	387
9.4.9	Incidência sobre o ganho de capital	387
9.4.10	Rendimentos de menores e outros incapazes.....	388
9.4.11	Rendimentos na constância da sociedade conjugal	388
9.4.12	Direito sumular.....	388
	9.4.12.1 Súmulas do STF em matéria de Imposto de Renda	388
	9.4.12.2 Súmulas do STJ em matéria de Imposto de Renda.....	388
9.5	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	389

SUMÁRIO

9.5.1	Regime geral.....	389
9.5.2	Seletividade	390
9.5.3	Não cumulatividade	391
9.5.4	Não incidência nas exportações.....	393
9.5.5	Redução do impacto sobre aquisição de bens de capital.....	393
9.5.6	Art. 155, § 2º, XI, da CF	393
9.5.7	Conceito de produto industrializado	394
9.5.8	Fato gerador.....	394
	9.5.8.1 Momento exato da ocorrência do fato gerador.....	394
	9.5.8.2 Regras gerais para interpretação da TIPI.....	395
9.5.9	Contribuintes.....	398
9.5.10	Principais responsáveis tributários.....	399
9.5.11	Não ocorrência do fato gerador.....	401
9.5.12	Direito sumular.....	402
	9.5.12.1 Súmulas do STF em matéria de IPI.....	402
	9.5.12.2 Súmulas do STJ em matéria de IPI	403
9.6	Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).....	403
	9.6.1 Regime geral.....	403
	9.6.2 Fato gerador.....	403
	9.6.3 Contribuinte.....	404
	9.6.4 Base de cálculo.....	405
	9.6.4.1 Alteração da base de cálculo por ato do Executivo ...	405
	9.6.5 Alíquota.....	405
	9.6.6 Não ocorrência do fato gerador.....	406
	9.6.7 Direito sumular.....	406
9.7	Imposto Territorial Rural (ITR).....	406
	9.7.1 Regime geral.....	406
	9.7.2 Fato gerador.....	407
	9.7.3 ITR vs. IPTU	407
	9.7.4 Contribuinte.....	408
	9.7.5 Não ocorrência do fato gerador. Polêmica.....	408
	9.7.6 Base de cálculo.....	408
	9.7.7 Alíquotas progressivas	409
	9.7.8 Requisitos para fruição da imunidade	409
	9.7.9 Incidência sobre imóvel desapropriado.....	409
	9.7.10 Direito sumular.....	410
	9.7.10.1 Súmula do STF em matéria de ITR.....	410
9.8	Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	410
	9.8.1 Regime geral.....	410
9.9	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações (ITCMD)	410
	9.9.1 Regime geral.....	410
	9.9.2 Interferência da União na disciplina normativa	411
	9.9.3 Fato gerador.....	412
	9.9.4 Contribuinte.....	412
	9.9.5 Não ocorrência do fato gerador.....	413

9.9.6	Alíquotas progressivas	413
9.9.7	Direito sumular	413
9.9.7.1	Súmulas do STF em matéria de ITCMD	413
9.10	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	414
9.10.1	Regime geral.....	414
9.10.2	Disciplina constitucional.....	415
9.10.3	Temas reservados à lei complementar federal	417
9.10.4	Fatos geradores do ICMS	418
9.10.4.1	ICMS sobre circulação de mercadoria	420
9.10.4.1.1	Circulação jurídica	420
9.10.4.1.2	Noção de “mercadoria”.....	421
9.10.4.1.3	Natureza mercantil da operação	421
9.10.4.2	ICMS sobre serviço de comunicação. Habilitação de celular. Provedores de acesso à internet.....	422
9.10.4.3	ICMS sobre transporte intermunicipal.....	423
9.10.4.4	ICMS sobre transporte interestadual.....	423
9.10.4.5	ICMS sobre operações relativas a energia elétrica (art. 155, § 3º, da CF)	423
9.10.4.6	ICMS sobre importação de bem ou mercadoria (art. 155, § 2º, IX, <i>a</i> da CF).....	423
9.10.5	Não ocorrência do fato gerador.....	424
9.10.6	Contribuintes.....	426
9.10.7	Substituição tributária.....	427
9.10.8	Base de cálculo.....	428
9.10.8.1	Pauta de valores ou pauta fiscal	428
9.10.9	Alíquotas.....	429
9.10.10	Benefícios fiscais em matéria de ICMS. O papel dos convênios..	429
9.10.11	ICMS/combustíveis.....	431
9.10.12	Compensação de ICMS em caso de bonificação não exige prova de não repasse econômico.....	432
9.10.13	Emenda Constitucional n. 87/2015 e novas regras do ICMS sobre operações interestaduais.....	432
9.10.14	Direito sumular	432
9.10.14.1	Súmula vinculante	433
9.10.14.2	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	433
9.10.14.3	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	434
9.11	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	435
9.11.1	Regime geral.....	435
9.11.2	Fato gerador.....	436
9.11.3	Contribuinte.....	437
9.11.4	Não ocorrência do fato gerador.....	437
9.11.5	Base de cálculo.....	437
9.11.6	Alíquota.....	437
9.11.7	Tributação diferenciada quanto à origem do veículo.....	438
9.11.8	Vendedor não responde por IPVA no que se refere ao período posterior à sua alienação.....	438

9.11.9	Direito sumular	438
9.12	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	438
9.12.1	Regime geral.....	438
9.12.2	Fato gerador.....	439
9.12.2.1	Pode haver Município sem IPTU?	440
9.12.2.2	Pode haver Município 100% urbano?	440
9.12.3	Contribuinte.....	441
9.12.4	Base de cálculo.....	441
9.12.4.1	IPTU é devido sobre imóvel situado em Área de Preservação Permanente (APP)	442
9.12.5	Regimes de alíquotas do IPTU.....	442
9.12.6	Comparação entre ITR e IPTU	443
9.12.7	Direito sumular	444
9.12.7.1	Súmulas do STF em matéria de IPTU	444
9.12.7.2	Súmulas do STJ em matéria de IPTU	444
9.13	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis (ITBI ou ITIV).....	445
9.13.1	Regime geral.....	445
9.13.2	Fato gerador.....	445
9.13.3	Não ocorrência do fato gerador.....	445
9.13.4	Contribuinte.....	446
9.13.5	Base de cálculo.....	446
9.13.6	Alíquota.....	446
9.13.7	A questão da incidência sobre compromisso irrevogável de compra e venda.....	446
9.13.8	Doação onerosa paga ITBI ou ITCMD?	446
9.13.9	Direito sumular	446
9.13.9.1	Súmulas do STF em matéria de ITBI	446
9.14	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN).....	447
9.14.1	Regime geral.....	447
9.14.2	O papel da lei complementar federal em matéria de ISS	448
9.14.3	Fato gerador.....	448
9.14.4	Contribuinte.....	449
9.14.5	Não ocorrência do fato gerador.....	449
9.14.5.1	O caso do serviço de locação de bens móveis.....	449
9.14.6	Base de cálculo.....	450
9.14.7	Alíquotas.....	451
9.14.7.1	Lei Complementar n. 157/2016 e improbidade administrativa.....	451
9.14.7.2	Benefício da alíquota fixa.....	452
9.14.8	Direito sumular	452
9.14.8.1	Súmula Vinculante n. 31	452
9.14.8.2	Súmula do STF em matéria de ISS.....	452
9.14.8.3	Súmulas do STJ em matéria de ISS.....	453
9.15	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).....	453

9.15.1	Regime geral.....	453
9.15.2	Diferentes regimes da Cofins.....	455
9.15.3	Direito sumular.....	455
9.16	PIS/Pasep.....	455
9.16.1	Direito sumular.....	457
9.17	Quadro sinótico.....	458
9.18	Questões.....	474
	Gabarito.....	485
10	HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR	487
10.1	Para que serve estudar hipótese de incidência e fato gerador?.....	487
10.2	Hipótese de incidência ou regra-matriz de incidência?.....	489
10.3	Conceito de hipótese de incidência e a dualidade hipótese de incidência-fato gerador.....	489
10.4	Utilidade da hipótese de incidência.....	489
10.5	Diferença entre hipótese de incidência e fato gerador.....	489
10.6	Aspectos ou critérios da hipótese de incidência.....	490
10.6.1	Aspecto temporal.....	490
10.6.2	Aspecto territorial ou espacial.....	490
10.6.3	Aspecto material.....	491
10.6.4	Aspecto pessoal.....	491
10.6.5	Aspecto quantitativo.....	492
	10.6.5.1 Base de cálculo e base calculada.....	492
	10.6.5.2 Alíquota.....	493
10.7	Fato gerador.....	493
10.7.1	Art. 4º do CTN.....	494
10.7.2	Momento da ocorrência do fato gerador. Negócios condicionais.....	494
10.7.3	Autossuficiência do fato gerador.....	494
10.7.4	Emenda Constitucional n. 3/93 e fato gerador presumido: análise crítica.....	495
10.8	Quadro comparativo entre hipótese de incidência e fato gerador.....	496
10.9	Quadro sinótico.....	497
10.10	Questões.....	499
	Gabarito.....	500
11	CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	501
11.1	Normas gerais de Direito Tributário no Código Tributário Nacional....	501
11.2	Conceito de “legislação tributária”.....	501
11.2.1	Quadro esquemático do conceito de legislação tributária.....	502
11.2.2	Quadro comparativo entre os conceitos de “legislação tributária” e “lei tributária” no CTN.....	502
11.3	Leis, tratados, convenções internacionais e decretos.....	502
11.4	Normas complementares.....	504
11.5	Vigência da lei tributária.....	504
11.6	Vigência das normas complementares.....	504
11.6.1	A controvérsia em torno do art. 104 do CTN.....	506

SUMÁRIO

11.7	Aplicação da lei tributária.....	507
11.8	Interpretação e integração da legislação tributária	508
11.9	Princípios hermenêuticos do Direito Tributário	508
11.10	Regras para integração de leis tributárias	509
11.11	Princípios gerais, institutos e conceitos do Direito Privado	510
11.12	Quadro sinótico	512
11.13	Questões.....	514
	Gabarito.....	515
12	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	517
12.1	Nascimento da obrigação tributária. Irrelevância da vontade do sujeito passivo	517
12.2	Acepções e conceito de obrigação tributária.....	517
12.3	Obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória.....	518
	12.3.1 A independência da obrigação acessória.....	519
	12.3.2 Quadro comparativo entre obrigação principal e acessória	519
12.4	Técnica de nascimento da obrigação tributária.....	520
12.5	Aspecto pessoal da hipótese de incidência.....	520
12.6	Contribuintes de fato e de direito.....	520
	12.6.1 Princípio da repercussão	521
12.7	Solidariedade no Direito Tributário	522
12.8	Responsável tributário	523
12.9	O Estado no polo passivo da obrigação tributária. Execução fiscal contra o Fisco.....	524
12.10	Domicílio tributário. Natureza quesível ou <i>querable</i> da obrigação tributária.....	524
12.11	Eleição e recusa do domicílio tributário	525
12.12	Domicílio das pessoas físicas.....	525
12.13	Domicílio das pessoas jurídicas de direito privado.....	525
12.14	Domicílio das pessoas jurídicas de direito público	526
12.15	Elisão, evasão e elusão fiscal.....	526
	12.15.1 Crime de sonegação	526
12.16	Norma antielisiva no Direito Tributário Brasileiro	527
12.17	Teoria da interpretação econômica do Direito Tributário	528
12.18	Teoria do abuso das formas.....	529
12.19	Quadro sinótico	530
12.20	Questões.....	533
	Gabarito.....	537
13	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	539
13.1	Conceito de responsável tributário	539
	13.1.1 Responsável tributário é o sujeito passivo que não se enquadra na condição de contribuinte	540
	13.1.2 Responsável tributário deve ser alguém obrigatoriamente vinculado ao fato gerador.....	540
	13.1.3 Responsável tributário tem sua obrigação decorrente de expressa disposição legal.....	541

13.2	Quadro sinótico comparativo entre contribuinte e responsável tributário.....	541
13.3	Por que a legislação estabelece casos de responsabilidade tributária?.....	542
13.4	O responsável tributário como um coletor de impostos.....	542
13.5	Responsável ou sujeito passivo indireto.....	542
13.6	Tipos de responsabilidade tributária.....	543
13.6.1	Sujeição passiva indireta originária ou por substituição. Substituição tributária.....	543
13.6.1.1	Substituição tributária progressiva (“para a frente”) e regressiva (diferimento).....	543
13.6.2	Sujeição passiva indireta derivada ou por transferência.....	544
13.6.3	Responsabilidade dos sucessores.....	545
13.6.4	Responsabilidade no trespasse.....	546
13.6.5	Trespasse sem assunção do passivo tributário.....	547
13.7	Responsabilidade de terceiros.....	548
13.8	Desconsideração da personalidade jurídica do CTN.....	549
13.9	Responsabilidade por infrações.....	551
13.10	Denúncia espontânea.....	552
13.11	Quadro sinótico.....	554
13.12	Questões.....	557
	Gabarito.....	563
14	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO.....	565
14.1	Noção geral.....	565
14.2	Natureza jurídica do lançamento tributário.....	565
14.3	Conceito de lançamento tributário.....	566
14.4	Finalidades do lançamento.....	568
14.5	Modalidades de lançamento.....	568
14.6	Lançamento misto ou por declaração.....	568
14.7	Lançamento direto ou de ofício.....	569
14.8	Hipóteses de revisão do lançamento de ofício.....	569
14.9	Autolancamento ou lançamento por homologação.....	571
14.10	Quadro sinótico.....	572
14.11	Questões.....	573
	Gabarito.....	576
15	CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	577
15.1	Conceito, constituição e regime geral.....	577
15.2	Suspensão, extinção e exclusão do crédito.....	577
15.2.1	Necessidade de reserva legal.....	578
15.2.2	Favor geral e favor individual (diferenças).....	578
15.2.3	Quadro comparativo.....	579
15.3	Causas de suspensão do crédito tributário.....	579
15.3.1	Moratória.....	580
15.3.1.1	Moratória geral.....	580
15.3.1.2	Requisitos para moratória individual.....	580
15.3.1.3	Requisitos da lei que concede a moratória.....	581

15.3.1.4	Abrangência da moratória.....	581
15.3.1.5	“Revogação” do benefício.....	582
15.3.2	Depósito do montante integral.....	582
15.3.3	Reclamações e recursos administrativos. Instâncias recursais administrativas.....	583
15.3.4	Medida liminar em mandado de segurança.....	583
15.3.5	Medida liminar ou tutela antecipada nas demais ações.....	584
15.3.6	Parcelamento.....	584
15.4	Causas de extinção do crédito tributário.....	586
15.4.1	Pagamento: lugar, tempo, juros e meios.....	586
15.4.1.1	Imputação do pagamento.....	587
15.4.1.2	Pagamento indevido.....	588
15.4.1.3	Meios para obter restituição.....	589
15.4.1.4	Contagem do prazo para restituição.....	589
15.4.1.4.1	Vantagens da via administrativa. Desnecessidade de esgotamento da via administrativa. Renúncia ou desistência do recurso administrativo.....	590
15.4.2	Compensação.....	590
15.4.3	Transação.....	592
15.4.4	Remissão.....	593
15.4.5	Decadência ou caducidade.....	593
15.4.5.1	O fim da regra dos “cinco mais cinco”.....	596
15.4.6	Prescrição.....	596
15.4.6.1	Termo inicial do prazo.....	597
15.4.6.2	Termo final da prescrição.....	598
15.4.6.3	Causas de interrupção da prescrição.....	598
15.4.6.4	Causas de suspensão da prescrição.....	599
15.4.6.5	Prescrição intercorrente.....	600
15.4.7	Conversão do depósito em renda.....	601
15.4.8	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	601
15.4.9	Consignação em pagamento.....	601
15.4.10	Decisão administrativa irreformável.....	603
15.4.11	Decisão judicial passada em julgado.....	603
15.4.12	Dação em pagamento.....	603
15.4.12.1	Novos requisitos para a dação em pagamento no âmbito federal.....	603
15.4.13	Criação de outros meios de extinção do crédito.....	604
15.5	Causas de exclusão do crédito tributário.....	604
15.5.1	Isenção.....	604
15.5.1.1	Anterioridade e isenção.....	605
15.5.1.2	Isenção autônoma e isenção heterônoma.....	606
15.5.1.3	Art. 178 do CTN.....	607
15.5.1.4	Alcance material da isenção.....	607
15.5.1.5	Outorga da isenção no caso concreto.....	607

15.5.2	Anistia.....	608
15.6	Garantias e privilégios do crédito tributário	609
15.6.1	Preferências do crédito tributário.....	611
15.6.2	Concurso entre Fiscos.....	612
15.7	Quadro sinótico	613
15.8	Questões.....	619
	Gabarito.....	627
	16. COOPERAÇÃO FISCALIZADORA	629
16.1	Conceito de “Administração Tributária”	629
16.2	Normas de fiscalização tributária.....	629
16.2.1	Cooperação fiscalizatória entre as Fazendas	631
16.2.2	Auxílio de força pública	631
16.2.3	Princípio da intranscendência e pendência no CAUC	631
16.3	Dívida ativa e CDA	632
16.3.1	Natureza jurídica do crédito, da dívida ativa e da receita	634
16.3.2	Efeitos da inscrição na dívida ativa	634
16.3.3	Substituição da CDA	635
16.3.4	Duplo papel desempenhado pela CDA.....	635
16.3.5	Regras sobre inscrição da dívida ativa e CDA na Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830/80)	635
16.3.6	Protesto da CDA.....	636
16.4	Certidões tributárias.....	638
16.4.1	Certidão negativa.....	639
16.4.2	Certidão positiva	640
16.4.3	Certidão positiva com efeitos de negativa.....	640
16.4.4	Rejeição do pedido de certidão.....	641
16.5	Disposições finais e transitórias do CTN	641
16.6	Quadro sinótico	642
16.7	Questões.....	644
	Gabarito.....	647
17	PROCESSO TRIBUTÁRIO	649
17.1	Conceito	649
17.2	Âmbitos da prática tributária.....	649
17.3	Processo administrativo fiscal	650
17.4	Processo judicial tributário	652
17.4.1	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária	652
17.4.2	Ação anulatória de débito fiscal	653
17.4.2.1	O Fisco devedor, automática suspensão da exigibilidade e certidão tributária.....	655
17.4.2.2	Direito sumular sobre ação anulatória	656
17.4.2.2.1	Súmula do TRF sobre ação anulatória	656
17.4.3	Mandado de segurança individual	656
17.4.3.1	“Sintonia fina” entre o mandado de segurança e as ações de rito ordinário.....	658

17.4.3.2	Direito sumular sobre mandado de segurança	659
17.4.3.2.1	Súmulas do STF sobre mandado de segurança	659
17.4.3.2.2	Súmulas do STJ sobre mandado de segurança	660
17.4.3.2.3	Súmulas do TFR sobre mandado de segurança	660
17.4.4	Mandado de segurança coletivo.....	660
17.4.5	Ação cautelar.....	661
17.4.6	Ação de repetição de indébito.....	661
17.4.6.1	Direito sumular sobre ação de repetição de indébito.	665
17.4.6.1.1	Súmulas do STJ sobre ação de repetição de indébito	665
17.4.6.1.2	Súmula do STF sobre ação de repetição de indébito	665
17.4.6.2	Procedência da ação repetitória, precatório e OPV....	665
17.4.7	Ação declaratória cumulada com repetição de indébito	666
17.4.8	Ação de consignação em pagamento.....	667
17.5	Ações de defesa da Fazenda Pública em juízo	668
17.5.1	Cautelar fiscal	668
17.6	Lei de Execução Fiscal	670
17.6.1	Natureza jurídica	670
17.6.2	Objeto da execução fiscal.....	670
17.6.3	Polo ativo	671
17.6.4	Polo passivo.....	671
17.6.5	Título executivo.....	672
17.6.6	Competência	672
17.6.7	Petição inicial.....	673
17.6.8	Garantia do juízo.....	673
17.6.8.1	Embargos admitidos com garantia parcial	677
17.6.9	Penhora. Penhora <i>on-line</i>	677
17.6.10	Embargos à execução.....	680
17.6.10.1	Efeito suspensivo automático nos embargos.....	681
17.6.11	Exceção de pré-executividade.....	682
17.6.12	Impugnação aos embargos.....	684
17.6.13	Prescrição intercorrente	685
17.6.14	Direito sumular sobre execução fiscal	686
17.6.14.1	Súmula do STF sobre execução fiscal	686
17.6.14.2	Súmulas do STJ sobre execução fiscal	686
17.6.14.3	Súmulas do TFR sobre execução fiscal.....	688
17.6.14.4	Súmulas gerais do STJ sobre processo tributário.....	689
17.7	Quadro sinótico	690
17.8	Questões.....	697
	Gabarito	702
	BIBLIOGRAFIA	703